

Conflitos e disputas: demolições do patrimônio histórico e a atuação do Ministério Público em Criciúma/SC

Conflicts and disputes: demolitions of historical heritage and the action of the Public Prosecutor's office in Criciúma/SC

Antonio Rafael Amaro*
Universidade de Coimbra

Alcides Goularti Filho**
Universidade do Extremo Sul Catarinense

Rodrigo Fabre Feltrin**
Universidade do Extremo Sul Catarinense

1. Introdução

A experiência do caminhar é, para Michel de Certeau¹, responsável pelo processo em que é possível se apropriar dos espaços percorridos. Ao caminhar pela cidade, o passante ordinário percebe e “organiza um conjunto de possibilidades e proibições”². Mas também inventa e reinventa as percepções

* Doutorado e Mestrado em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra. Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Membro do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20). ORCID: 0000-0002-3843-6577. E-mail: aamaro@fe.uc.pt.

** Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutorado em Economia pela Universidade de Coimbra (FEUC). Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS/UNESC). ORCID: 0000-0002-0808-4486. E-mail: agf@unesc.net.

** Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS/UNESC) com mobilidade acadêmica internacional na Universidade de Coimbra, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDSE/CAPES). Mestrado em Educação (PPGE/UNESC). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição. Professor da Escola Superior de Criciúma (ESUCRI). ORCID: 0000-0002-6284-9603. E-mail: feltrin@unesc.net.

1 1998.

2 CERTEAU, 1998, p. 178.

espaciais, ao variar de percurso ou improvisar um caminho mediante um obstáculo urbano temporário, como uma obra urbana ou uma mudança na orientação de fluxos nas ruas. “Perceber, seletivamente, aquilo que estamos habituados a ver, confere-nos sentido a certos aspectos e formas das paisagens porque partilhamos sua história”³.

Ao caminhar pela cidade, alguns passantes atravessam o espaço em que estão inseridos por meio da prática do lugar, e, com isso, podem levar consigo percepções singulares e pessoais. Tudo o que faz parte do espaço urbano pode permitir ao pedestre a sensação de pertencer ao lugar praticado. Esses lugares são significativos e apresentam um papel chave na reestruturação da paisagem urbanizada, bem como funcionam como símbolos de reafirmação de identidades culturais e da memória coletiva, seja para os passantes, moradores ou visitantes⁴.

O meio urbano já não fomenta mais os encontros e as relações sociais como em décadas passadas, e essa falta de encontros e trocas pode desencadear a dispersão de lembranças e memórias que se sustentavam por meio do grupo. Isso denota a importância da coletividade para o sustento da memória ao longo do tempo, pois as memórias também se apoiam nas pedras da cidade⁵.

A partir das reflexões anteriores e da compreensão da importância das memórias imbricadas nas “pedras das cidades”, apresento a seguir duas situações que envolveram o patrimônio cultural de Criciúma, em Santa Catarina (SC) e os processos judiciais que ocorreram por conta dessas experiências: a demolição da Casa do Agente Ferroviário e sua posterior reconstrução com finalidade didática; e a retirada da pavimentação em pedra portuguesa, o *petit pavet*, da Praça Nereu Ramos e seu entorno como um mecanismo de invisibilidade das histórias e das memórias.

2. Demolição e reconstrução da casa do agente ferroviário

A presença do conjunto da ferrovia formado pela estrada de ferro e as demais estruturas arquitetônicas no centro de Criciúma eram consideradas importantes para o crescimento da cidade até o momento em que os trilhos

3 FIGUEIREDO, 2014, p. 96.

4 BATISTA; MATOS, 2014.

5 BOSI, 2003.

foram deslocados para outro eixo e as edificações desse conjunto foram demolidas. A retirada dos trilhos serviu não somente para dar lugar a uma avenida, mas também para fortalecer a imagem de progresso. Como afirma Nascimento⁶, “as marcas da ferrovia, e do carvão que ela representava, foram apagadas do centro urbano de Criciúma”.

Segundo Vieira⁷, além da ferrovia, faziam parte do complexo a Casa do Agente Ferroviário, a Estação de Embarque, as casas dos trabalhadores ferroviários, que eram chamadas de Casas de Turma, e uma passarela metálica que possibilitava o deslocamento no sentido norte-sul sobre a ferrovia. Os trilhos foram retirados do centro da cidade em 1975 e deram lugar a uma larga avenida, denominada nesse tempo de Avenida Axial, que consolidou a divisão do centro urbano e atraiu o tráfego intenso⁸. Quando construíram a Avenida Axial, além da destruição da ferrovia, foi destruída, também, a Estação Ferroviária, e a passarela metálica foi deslocada para outro local. A Casa do Agente Ferroviário e as casas de turma permaneceram, mas a paisagem da cidade foi drasticamente alterada.

A paisagem formada pela ferrovia continha um patrimônio cultural, cujo significado estava associado à história do transporte das primeiras décadas do Século XX. Sua permanência, ou parte dela, poderia evidenciar a dinâmica espacial e temporal do local.

Ao substituir uma ferrovia por uma avenida, o resultado que se tem é uma paisagem urbana alterada que apresenta uma dinâmica e um reflexo cultural de uma determinada época no local na qual se instala. Apresenta uma outra forma de organização e configuração espacial, tanto urbana quanto arquitetônica, marcando o tempo e o espaço numa sobreposição de fatos em um mesmo território⁹. Entretanto, essa mudança na configuração muitas vezes é responsável pela destruição de edifícios e monumentos que possuem importância histórica para a paisagem de uma cidade, descaracterizando não apenas a configuração espacial, mas também apagando memórias e histórias que ali se estabeleceram.

6 2012, p. 90.

7 2008.

8 NASCIMENTO, 2012.

9 BATISTA; MATOS, 2014.

Aqui em Criciúma [...] a estação ferroviária que era o ponto de encontro das pessoas cedeu lugar ao novo terminal de ônibus. Local também de passagem de pessoas, que agora, ao invés do trem, têm o ônibus como meio de transporte. Não se pensou em unir o velho com o novo, pois no novo modelo de urbanização, não houve espaço para a preservação da antiga estação de trem, pela qual tantas pessoas circulavam durante vários anos¹⁰.

Mesmo depois da substituição, por entender que era necessária uma melhoria na Avenida, o Prefeito Altair Guidi (1977-1983) determinou que novas intervenções urbanas deveriam ser realizadas no Centro, dentre elas a construção do Terminal Urbano Ângelo Guidi e a Praça Maria Silva Rodrigues. Para dar lugar a esses equipamentos, foram demolidas todas as casas de turma, restando a Casa do Agente Ferroviário como o único remanescente de todo o complexo que ali existiu. Conforme aponta Vieira¹¹, “sobrou somente a Casa do Agente Ferroviário, que foi sobrevivendo, a duras apenas, aos ataques da dinâmica cidade em transformação, que não tinha tempo para se dedicar a refletir sobre as perdas de sua memória”.

A Casa do Agente Ferroviário é uma edificação presente nos principais complexos ferroviários da região sul do estado, sempre próxima do pátio de manobras. Ela servia de moradia para o agente responsável pelo complexo, cargo de maior importância dentre os trabalhadores do conjunto. Sua arquitetura, de linguagem simples, seguia sutilmente um modelo inglês, por se tratar de um apoio à estrutura ferroviária.

Segundo Cruz¹², a casa foi erguida em uma estrutura autoportante de tijolos, contendo três quartos, duas salas, uma despensa e uma cozinha, o que totalizava 102,97 m² de área construída. Os acabamentos, esquadrias, soalhos e a estrutura do telhado foram feitos em madeira de lei e toda a casa foi rebocada e pintada, o que denota um cuidado importante com a moradia do agente. Sendo o único remanescente do complexo ferroviário da Criciúma Carbonífera, a casa ganhou importância histórica, arquitetônica e cultural de especial relevância para a cidade.

10 CRUZ, 2001, p. 36.

11 2008, p. 163.

12 2001.

Figura 1 – Fachada da Casa do Agente Ferroviário, em 1988



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez.

Com a retirada da ferrovia e a demolição do restante do complexo, a edificação deixou de ser residência e passou a ser utilizada para fins comerciais. Tal modificação de uso foi embasada na Lei nº 1.774, de 24 de junho de 1982, que autorizava a Prefeitura a firmar contrato de concessão de uso da casa por um período de dez anos, sob a condição de restaurar o imóvel sem alterar a arquitetura original.

Mesmo ainda em uso e sob as condições de ser restaurada na sua originalidade, a Casa do Agente Ferroviário ainda estava à mercê da especulação urbana e imobiliária, pois não existia nenhum instrumento de proteção legal que garantisse a preservação do edifício, assim como os outros equipamentos do complexo ferroviário. No dia 6 de maio de 1995, a Casa do Agente Ferroviário foi demolida.

A demolição da casa decorreu das obras do Terminal Central de Transporte Coletivo, no mandato do Prefeito Eduardo Pinho Moreira (1992-1996), exatamente no mesmo ponto onde se localizava o pátio de manobras e a

antiga estação ferroviária. Além do Terminal, a estrutura construída conta também com galerias subterrâneas, com o intuito de facilitar o deslocamento entre um lado e outro e também para dar acesso ao Terminal. Um dos acessos a essa galeria é exatamente ao lado da casa.

Figura 2 – Construção do Terminal Central, ao fundo no lado direito, a Casa do Agente Ferroviário antes de ser demolida, em 1995.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez.

A notícia foi amplamente divulgada na imprensa local, considerando a destruição um ato criminoso, visto que não havia alvará de demolição e tal fato ocorreu durante a madrugada. O Jornal da Manhã, um dos principais jornais da cidade à época, notificou o acontecido, informando que “A mais antiga edificação do município de Criciúma amanheceu completamente destruída na manhã de sábado”¹³. Na mesma reportagem, o jornal ainda informa que a casa estava localizada próxima das obras da segunda galeria do Terminal que iria compor o Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Criciúma e, sem rodeios, diz: “As obras da galeria estão sendo executadas pela Construtora Cavalier”¹⁴.

13 AÇÃO [...], 1995.

14 AÇÃO [...], 1995.

No entanto, a Arquiteta e Urbanista Izes Regina de Oliveira, que na época era presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) – Núcleo Criciúma, já havia sinalizado o descaso com a edificação em uma carta direcionada ao Jornal da Manhã, publicada no dia 2 de maio de 1995¹⁵.

A acusada pela destruição da Casa do Agente Ferroviário foi a Construtora Cavalier, responsável pela execução da construção do Terminal Central, conforme citado. Tal fato causou grande impacto na cidade e acabou sendo encaminhado para a Justiça. Conforme consta nos autos dos processos nº 2381/95 e nº 2409/95, que estão disponíveis no arquivo físico do IAB – Núcleo Criciúma, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina ajuizou uma Ação Cautelar contra o Município de Criciúma, referente à situação da casa, e uma Ação Civil Pública também contra o Município e contra a Construtora Cavalier¹⁶.

Para o advogado representante do Ministério Público, o promotor Jacson Correa, a demolição foi responsabilidade tanto do Município, pela negligência no dever da guarda, quanto da construtora, pelas ações diretas e indiretas à demolição. Por isso, as duas aparecem como réis no resumo do processo, bem como o Prefeito Municipal Eduardo Pinho Moreira e o proprietário da construtora, Lúcio de Cezaro Cavalier.

Assim que soube da demolição, o promotor, que estava vinculado ao Centro de Promotorias da Coletividade, solicitou à Fundação Catarinense de Cultura um levantamento sobre a importância da Casa do Agente Ferroviário para a história da cidade. O Ministério Público solicitou também ao município toda a documentação da casa¹⁷.

No decorrer do processo, porém, somente a construtora foi considerada culpada, visto que o Município apresentou documentos que comprovavam o reconhecimento da construção demolida como patrimônio histórico e cultural da cidade (ainda que não estivesse tombada) e também apresentou o projeto do Terminal em que constava a edificação na sua forma original, fazendo parte do complexo e com uso destinado à cultura.

15 NASCIMENTO, 2004.

16 SANTA CATARINA, 1996.

17 LESSA, 1996.

Figura 3 – Apresentação do projeto do Terminal Central, em 1995



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez.

Ficou demonstrado nos autos que “a casa veio abaixo paulatinamente, em decorrência de uma explosão de laje de pedra muito próxima pela construtora ré, bem como de escavações, que foram minando as bases da mesma”¹⁸. Os autos ainda apresentam que uma equipe de peritos constatou que a casa foi demolida por ação de terceiros, mesmo que as obras do terminal tenham chegado próximo do edifício, o que foi contestado pelo proprietário da construtora, que afirmava não ter havido demolição, e sim um “desabamento por circunstâncias alheias àquelas do projeto que por nós está sendo executado”¹⁹.

Por fim, o Juiz retirou as acusações contra o Município de Criciúma e condenou a Construtora Cavaler a reconstruir obrigatoriamente a Casa do Agente Ferroviário, mediante projeto que apresentasse todas as características da Casa e que fosse aprovado pela Fundação Catarinense de Cultura, pela Fundação Cultural de Criciúma e pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, que deveriam também acompanhar de perto a reconstrução da Casa.

18 SANTA CATARINA, 1996, p. 137.

19 SANTA CATARINA, 1996, p. 138.

Reconstruir ou não a Casa foi uma decisão que dividiu opiniões dos cidadãos criciúmenses. Pouco depois de um ano da demolição, em julho de 1996, a Fundação Cultural de Criciúma lançou um concurso de projetos arquitetônicos para o denominado Memorial Casa do Agente Ferroviário. A organização se deu por meio da Fundação Cultural de Criciúma e da Comissão Técnica de Relatórios e Sugestões para o Tombamento de Bens Municipais, com apoio da Fundação Catarinense de Cultura e da agência de turismo Ferrotur. No total, houve 11 projetos inscritos, dos quais três foram selecionados pela organização. Entretanto, o concurso ficou somente no papel, visto que a decisão judicial foi a de reconstruir a casa²⁰.

No dia 3 de fevereiro de 2001, o Engenheiro Jean de Cesaro Cavalier enviou um documento ao IAB – Núcleo Criciúma, solicitando o projeto arquitetônico para a construção e o nome de uma pessoa que ficasse responsável pelo acompanhamento. O IAB – Núcleo Criciúma aprovou o projeto e respondeu à solicitação da Construtora no dia 5 de abril de 2001. No texto, o documento proferido pelo presidente do IAB na época, o Arquiteto e Urbanista Mauricio da Cunha Carneiro, aponta que a reconstrução da casa era uma questão controversa, que havia sido muito discutida dentro e fora do Instituto, mas que era necessária sob o ponto de vista pedagógico.

Se por um lado a reconstrução é condenável pelos aspectos arquitetônicos e artísticos, por outro ela é importante como resgate de um espaço urbano e de um espaço de utilidade pública. A reurbanização do local, como praça, como memorial ou monumento, certamente não proporcionará o mesmo impacto educativo para a preservação de monumentos históricos, do que a reconstrução da “Casa”²¹.

Ações como essa reforçam a necessidade de preservar as memórias e as histórias das cidades por meio de seu patrimônio cultural, que contribui para a formação cultural dos sujeitos e para o sentimento de pertencer às cidades.

20 CRUZ, 2001.

21 IAB, 2001, pp. 2-3.

Figura 4 – Ruínas da Casa do Agente Ferroviário, em abril de 2001



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Figura 5 – Reconstrução da Casa do Agente Ferroviário em 2002



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Por meio dos relatos apresentados na carta do IAB, nota-se que a Casa do Agente Ferroviário estava presente no cotidiano dos moradores de Criciúma mesmo que inconscientemente, e contribuía como ferramenta educativa para a compreensão da cidade e seu processo de formação e mudanças.

Entretanto, mesmo após a sua reconstrução, a Casa do Agente Ferroviário encontra-se engolida por um emaranhado de prédios e ruas que a deixam desconexa do centro urbano e da paisagem da cidade. Não basta o patrimônio ser reconhecido pelo Ministério Público, por algumas gestões de governo e pelos passantes da cidade, a preservação do patrimônio cultural e histórico precisa ser uma política de governo para que ela faça sentido.

Antes da reconstrução integral da Casa e do funcionamento do Memorial Casa do Ferroviário Mario Ghisi, como foi denominada pela Câmara de vereadores, surgiu a ideia de se construir uma nova estrutura arquitetônica que funcionasse como memorial por iniciativa da Fundação Cultural de Criciúma (FCC) e da Comissão Técnica de Relatórios e Sugestões para Tombamento. Para dar continuidade a essa proposta, foi lançado o edital para a realização de um concurso de ideias objetivando a construção do Memorial Casa do Agente Ferroviário²².

Conforme relata Nascimento²³, o edital do curso previa que a construção do memorial representasse o período da ferrovia em Criciúma, sendo que, na época (logo após a demolição), não se cogitava a reconstrução da casa. As ideias passariam por avaliações da FCC e o vencedor teria sua proposta como base para a elaboração de um projeto arquitetônico que seria desenvolvido pelos arquitetos da Prefeitura Municipal de Criciúma (PMC), com acompanhamento da FCC. Foram 11 propostas inscritas, sendo três delas selecionadas como ganhadoras. Mas as ideias não saíram do papel e o caso da demolição se desenrolou na Justiça, como explicado anteriormente.

A sentença então exigiu a reconstrução da Casa e, posteriormente, ela se tornou memorial, ou melhor, recebeu a denominação de Memorial Casa do Ferroviário Mario Ghisi. Conforme aponta Nascimento²⁴, a inauguração aconteceu no dia 1º de outubro de 2002, como um ato de “devolução” da Casa que teria sido “tirada” da cidade. O Memorial foi inaugurado com a exposição “Paralelas” do artista Edi Balod, composta por objetos de madeira e de ferro (dormentes e pregos que remetiam à Ferrovia).

22 NASCIMENTO, 2004.

23 2004.

24 2004.

Desde sua inauguração, o Memorial encontra-se em funcionamento. O espaço é utilizado para exposições do acervo e também para mostras rotativas que recebem a visita de estudantes da cidade e região e demais pessoas que se interessam pelo local. A Casa também serve como espaço de ação de estagiários do curso de História que propõem atividades educativas específicas para grupos de alunos da rede pública de ensino. Ações como essas e as exposições configuram a casa como um *locus* educativo não-formal. Pode-se inferir que sua reconstrução como uma ação pedagógica e o uso da casa como espaço de exposições de artefatos que remetem às diferentes memórias se apresentam como dispositivos de educação para o patrimônio.

A Casa do Agente Ferroviário era um dos remanescentes, um “resto” da presença da Ferrovia no coração da cidade, que conseguiu resistir às mudanças das comemorações do centenário e que, mesmo com a alteração da paisagem da cidade, ainda se fazia presente. A casa por si só representava parte fundamental da história do Município, e sua reconstrução foi fundamental para que as novas gerações pudessem ter conhecimento da história da cidade a partir dela, o que oferece valor patrimonial educativo ao edifício.

Ao investigar sobre o ocorrido, fica evidente a contribuição da Casa na educação para o patrimônio. Mesmo que a reconstrução total da Casa como era em sua originalidade possa ser considerada um pastiche²⁵ ou uma arquitetura desprovida de valores técnicos, estéticos e plásticos no campo da Arquitetura e Urbanismo, para o campo da Educação e da História, a reconstrução simboliza possíveis estranhamentos e questionamentos que podem levar ao conhecimento de parte da história da cidade tanto às gerações futuras como para as atuais. Sua permanência é a marca física e espacial do período carbonífero na cidade de Criciúma.

3. A retirada do *petit pavet* no núcleo central da cidade

O núcleo central da cidade de Criciúma foi um ponto importante para a cidade e para a região desde a criação do Núcleo São José de Criciúma, no final do Século XIX. O espaço em questão foi local de parada para quem se deslocava no eixo Araranguá–Urussanga e, em decorrência disso, se instalaram as primeiras edificações, formando o tal núcleo, o que posteriormente viria a se tornar a cidade que conhecemos hoje.

25 A expressão *pastiche* no campo da Arquitetura e Urbanismo é uma adaptação da expressão literária que designa a reprodução fiel de uma linguagem estética fora do contexto local e da temporalidade.

O caráter de centralidade e a importância para a cidade, desde então, se mantiveram enraizadas nesse espaço, mesmo com a expansão da mancha urbana e o seu crescimento. Inicialmente, a arquitetura predominante era decorrente da colonização, com forte influência italiana. Essa configuração se modificou ao decorrer dos anos com a demolição das edificações coloniais, passando a ser construídos outros edifícios com mais pavimentos, seguindo os princípios plásticos do *art déco*, estilo arquitetônico em evidência na década de 1950.

Assim como a retirada dos trilhos para a construção da Avenida Centenário, que ocasionou as demolições comentadas anteriormente (das estruturas arquitetônicas), o núcleo central da cidade, ou como conhecemos atualmente, a Praça Nereu Ramos, também sofreu intervenções urbanas sobre a premissa de “retirar o carvão da paisagem urbana e da alma da cidade”²⁶ e resultar em uma cidade moderna que transmitiria uma imagem “positiva”.

Uma das primeiras medidas de intervenção do governo Guidi foi a implementação de uma área exclusiva para pedestre no centro da cidade, abrangendo a Praça Nereu Ramos e as ruas de seu entorno. O calçadão comparecia na proposta de cidade do governo Guidi como capaz de humanizá-la, estabelecendo uma nova escala que não fosse a do automóvel²⁷.

As obras do calçadão retiraram a circulação de carros do Centro, o que tornou o ambiente mais convidativo para os passantes. O calçadão se estendeu também na Rua Seis de Janeiro, na Rua Conselheiro João Zanette, em uma pequena parte da Rua João Pessoa e outra pequena parte da Rua Padre Pedro Baldoncini.

Inicialmente, a ideia de transformar o Centro em um calçadão não foi bem aceita, principalmente pelos proprietários de estabelecimentos comerciais do local, visto que o fluxo de automóveis seria nulo. Entretanto a proposta do calçadão colocou Criciúma em comparação a outras cidades como Curitiba e São Paulo, que representavam o auge do progresso e da modernidade na época²⁸.

26 NASCIMENTO, 2012, p. 92.

27 NASCIMENTO, 2012, p. 93.

28 NASCIMENTO, 2012.

Segundo Nascimento²⁹, o Prefeito Altair Guidi, em sua primeira gestão (1977-1983), se preocupou em garantir ícones que representassem a identidade da cidade que estava emergindo por meio da comunicação do poder público com a população. Guidi então solicitou que o Arquiteto e Urbanista Manoel Coelho – que já era responsável pelo projeto arquitetônico das grandes obras que Guidi idealizou – desenvolvesse uma logomarca que se tornaria o símbolo da cidade. Essa logomarca foi aplicada em local de destaque em todas as obras do mandato de Guidi, a fim de reforçar a identidade visual da cidade e apresentar a Criciúma Centenária com outra imagem, tentando retirar ao máximo os sinais da Criciúma Carbonífera.

Figura 6 – Colocação do *petit pavet* em frente à Catedral São José, em 1977-78



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez.

Essa logomarca também foi aplicada na paginação do piso utilizado no entorno das obras projetadas por Coelho, como a restauração do Museu Histórico e Geográfico Augusto Casagrande, o Parque Municipal e também o calçadão do Centro. Esse calçamento foi feito em pedra portuguesa, ou também conhecida popularmente como “*petit pavet*”, que, tecnicamente, é uma pedra calcária nobre e dura, ideal para espaços de grande fluxo de

29 2012.

pessoas devido a sua resistência ao tempo. Por ser antiderrapante quando molhada, além de ser permeável, de fácil colocação e manutenção, associando praticidade e estética, é muito utilizada em Portugal.

A intervenção urbana idealizada por Guidi e projetada por Coelho causou grande impacto, tanto em termos estéticos como funcionais, oferecendo outra dinâmica para o centro urbano que passou a ser mais frequentado pelos habitantes e também passou a ser ponto de referência e rota de deslocamento dos pedestres em percursos onde o carro é protagonista. É evidente que essa intervenção possui forte significado histórico e cultural para a memória da cidade e para os usuários do centro, pois a Praça Nereu Ramos se fundiu às ruas que alteraram a dinâmica do lugar, possibilitando um melhor aproveitamento de espaço para dar conforto e segurança aos passantes e aos que utilizam o lugar como ponto de encontro, de descanso ou de contemplação.

Figura 7 – Vista do calçadão em *petit pavet* com mobiliário projetado pelo arquiteto Manoel Coelho, em 1979



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Figura 8 – Vista do calçadão em *petit pavet* com a Praça Nereu Ramos de fundo, em 1980



Fonte: Arquivo Histórico municipal.

O espaço se tornou o epicentro do centro urbano, e seu traçado original se mesclava com as características contemporâneas da época. Tornou-se ponto importante para as relações comerciais, mas também foi um espaço de disputas de poder nas representações políticas, sociais, culturais e religiosas.

Desse modo, pode-se inferir que o *petit pavet* possui significado além da sua função de pavimentar a calçada, pois ele é marca de um momento histórico e de transformações nos modos de uso do núcleo central, isto é, de elementos culturais dos habitantes. É o marco de conexão da Praça com o seu entorno de forma imediata, onde os pedestres podem se deslocar livremente, o que possibilita toda a gama de atividades que fazem parte da Praça até os dias atuais.

Porém, em 2011, ano em que foram realizadas uma série de obras de infraestrutura urbana, os arquitetos e urbanistas que atuam no setor de obras da PMC elaboraram um projeto de requalificação da Praça Nereu Ramos, no qual o calçadão no entorno da Praça e nas ruas adjacentes em que o *petit pavet* estava instalado teriam a pedra substituída pelo *paver*, um bloco de concreto para assentamento intertravado e sem a necessidade de argamassa para fixação.

Figura 9 – Pavimentação em paver substituindo o *petit pavet*, em 2012



Fonte: Autoria desconhecida/divulgação PMC.

Tecnicamente, as duas pavimentações são semelhantes em alguns aspectos. Ambas são de fácil por serem permeáveis e possuem aderência ao impacto mesmo nos dias de chuva. O projeto dividiu opiniões e abriu o campo de disputa acerca dos usos da Praça e de suas representações na história e na memória da cidade, que resultou em um processo judicial.

A retirada do *petit pavet* do calçadão central dividiu as opiniões dos moradores, dos comerciantes e dos passantes e usuários do espaço veiculadas na imprensa local e alcançaram também a Universidade. Na mídia local, o disparador do embate deu-se no dia 22 de dezembro de 2008, quando foi divulgado pelo jornalista Nei Manique, por meio do Portal Engeplus³⁰, que “Todo o piso da Praça Nereu Ramos será substituído em 2009”.

Antes de iniciarem as obras, o assunto das pedrinhas do calçadão voltou à tona em uma reportagem da jornalista Daniela Niero para o Portal Engeplus no dia 28 de maio de 2009³¹. Na chamada, Niero apontava que o *petit pavet* colocava os pedestres em situação de risco. Ela evidencia que as maiores vítimas seriam os idosos, mães com crianças e mulheres utilizando

30 MANIQUE, 2008.

31 NIERO, 2009.

sapatos de salto alto. Na reportagem, a jornalista recolheu depoimentos de funcionários que trabalhavam no local e um deles apontou: “A manutenção é feita numa semana e na outra lá estão os buracos abertos novamente. Isso é uma vergonha”³².

Cabe destacar que os calçadões, as praças e os passeios públicos requerem manutenção constante por parte do poder público municipal, independentemente do material que é adotado. A pedra portuguesa (ou *petit pavet*) é um material adequado para tal finalidade, mas pode se deslocar se não for assentada da maneira correta. O texto da jornalista dá a entender que o problema em questão é o material em si, e não a forma como ele era manuseado ou cuidado pela administração pública.

Em agosto do mesmo ano, 2009, uma nota do mesmo portal de notícias, assinada pelo jornalista Nei Manique, informava que as obras de revitalização do centro seriam iniciadas somente em 2010, e não mais em 2009, como havia sido inicialmente divulgado, e que naquele ano ainda haveria a manutenção das pedras, restaurando-se também os desenhos que a paginação formava³³. Em outubro de 2010, foi noticiado o início das obras de revitalização do Centro. A primeira etapa, então, consistia na retirada do *petit pavet* em alguns pontos para que fosse feita uma escavação para instalar a rede elétrica subterrânea. Essa etapa teve a duração de seis meses, que avançou pelo ano de 2011.

Nesse momento, o assunto despertou a atenção de algumas pessoas da comunidade acadêmica, que identificaram na retirada do *petit pavet* uma descaracterização do espaço público, bem como uma representação da história e memória da cidade. A discussão surgiu em uma disciplina oferecida no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UNESC e também atingiu a esfera da graduação nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História. No campo da Arquitetura e Urbanismo, a representante foi a Arquiteta Izes Regina de Oliveira, na época à frente do IAB – Núcleo Criciúma.

De acordo com a sentença, na Ação Cautelar, o promotor solicitou

a) suspender toda e qualquer retirada e substituição da pedra *petit pavê* da Praça Nereu Ramos, bem como nos calçadões das Ruas Seis de Janeiro, João Pessoa, Conselheiro João Zanette, Travessa Padre Pedro Baldoncini e Avenida

32 NIERO, 2009.

33 MANIQUE, 2009.

Getúlio Vargas, localizadas no entorno da Praça Nereu Ramos, por conta da revitalização da área central da cidade de Criciúma; b) obrigação de fazer consistente em apresentar ao Departamento de Cultura e à Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Município de Criciúma, bem como a este Juízo, em 30 (trinta) dias do deferimento da medida, projeto de restauração, o qual deve ser elaborado por profissionais habilitados, devendo, para tanto, serem observadas todas as características originais da referida Praça e do seu entorno; c) pugnou, no mais, pela execução do projeto acima mencionado, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da respectiva aprovação, com fixação de multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento de qualquer medida³⁴.

O promotor também reforçava que “a pavimentação em petit pavê da Praça Nereu Ramos e dos calçadões das ruas localizadas em seu entorno possuem incontestável valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população”³⁵. Tal ação foi recebida pela Juíza Tatiana Cunha Espezim, que pediu explicações para a Prefeitura Municipal de Criciúma sem, no entanto, solicitar a paralisação das obras de revitalização, como eram chamadas. Ponto este que havia sido mencionado na sentença.

[...] Igualmente, clamou pela urgência no deferimento da medida, tendo consignado que já se iniciou o procedimento de retirada e substituição das pedras petit pavê da Praça Nereu Ramos, bem como dos calçadões das ruas já referidas, localizadas todas em seu entorno. No mais, relatou que, em data de 11 de outubro de 2011, enviou ofício ao Senhor Clésio Salvaro, então Prefeito Municipal, recomendando que a Administração Municipal se abstinhasse de realizar qualquer ato que implicasse na alteração ou substituição da pedra petit pavê nas áreas citadas na exordial. No entanto, em resposta, o Alcaide Municipal afirmou que iria ser mantido o petit pavê apenas no perímetro original da Praça Nereu Ramos e também da Praça da Bandeira. Finalmente, aduziu o Representante do Ministério Público que houve omissão por parte do Município de Criciúma no tocante preservação da integridade da citada Praça e de seu entorno, mesmo tendo conhecimento sobre a notável importância para a história e para a cultura local³⁶.

34 SANTA CATARINA, 2011, pp. 5-6.

35 SANTA CATARINA, 2013.

36 SANTA CATARINA, 2013.

O assunto continuava a dividir opiniões ao longo do andamento do processo: parte da cidade sentia a história e as memórias da Praça Nereu Ramos sendo arrancadas pelas escavadeiras, outros vislumbravam uma nova cidade com um tipo de pavimentação que era associado ao progresso. A história se repetia de forma semelhante quando os carros foram retirados do Centro e tudo se tornou calçada na década de 1980.

A discussão sobre o episódio do *petit pavet* despertou interesse da população e das mídias locais no reconhecimento dos patrimônios históricos de Criciúma. Assunto que para muitos era desconhecido, o patrimônio cultural e histórico de Criciúma passou a ser noticiado. Sobre o *petit pavet*, em uma entrevista para o jornalista Nicola Martins, o então presidente da Fundação Cultural de Criciúma, Sérgio Zapelinni, declarou que era

[...] necessário que haja esse equilíbrio. O *petit pavet* será lembrado na Praça Nereu Ramos no miolo central, mas tem que haver progresso no município”, conta ele. “Eu acho o *petit-pavé* um material fantástico, mas temos de analisar a funcionalidade dele. A sociedade precisa de mobilidade e foi ela que definiu pelo *paver*³⁷.

O Município de Criciúma respondeu à ação, apresentando como defesa a legalidade das obras de revitalização do entorno da Praça, alegando que era uma obra de interesse público que foi debatida em audiências públicas antes de ser iniciada. Informou também que o projeto em questão iria manter o *petit pavet* em todo o perímetro da Praça Nereu Ramos e da “Praça da Bandeira”³⁸ (antes chamada de Praça Etelvina Luz) e iria ser substituído por *paver* somente no seu entorno, com a finalidade de privilegiar o comércio e a mobilidade dos munícipes, visto que a área não estava protegida por tombamento³⁹.

O promotor Ulysséia defendeu que a importância histórica do *petit pavet* não se limitava somente à Praça, mas também dizia respeito ao seu entorno, por entender que o espaço em sua totalidade havia sido demarcado pela pavimentação, e argumentou que seria necessária a restauração integral desses espaços, sua conservação e preservação mediante a multa diária, e que o perímetro fosse demarcado oficialmente como área de interesse histórico e cultural.

37 MARTINS, 2011.

38 O local denominado Praça Etelvina Luz foi chamado de Praça da Bandeira no Governo Vargas. Essa denominação ainda reside em algumas memórias.

39 SANTA CATARINA, 2011.

A Constituição Federal diz, no parágrafo 1º do Art. 216, que o poder público protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilâncias, desapropriação, dentre outras formas de preservação, não se restringindo somente ao tombamento⁴⁰. Entretanto, conforme relatório da Apelação Cível feito pelo Desembargador Edemar Gruber, o inventário realizado pela Fundação Cultural de Criciúma (FCC) e o Departamento de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) em 2002-2003, base da argumentação do Promotor, contemplava somente a Praça Nereu Ramos e a Praça da Bandeira, deixando de fora o seu entorno.

A sentença apresenta também um trecho de uma fala realizada pela historiadora Lisiane Potrikus Borges Martinello, que era favorável à substituição da pedra portuguesa pelo *paver*. No texto, ela defende que a pavimentação em pedra portuguesa era inadequada à mobilidade urbana, à implantação de novas infraestruturas subterrâneas e manutenções eventuais em caso de deslocamento por conta do trânsito de veículos em geral. Para a historiadora, os eventos realizados na Praça também danificariam o pavimento. Entretanto, cabe salientar que já aconteceram diversos eventos com grande quantidade de pessoas em circulação e estruturas pesadas, como a Festa de São José, as Quermesses de Tradição e Cultura e a Feira do Livro de Criciúma.

Segundo o parecer histórico elaborado pelos professores representantes do curso de História, do Centro de Memória e Documentação da Unesc (CEDOC), e do Grupo de Pesquisa História da Educação (GRUPEHME), vinculados à Unesc, no ano de 2011, “a Praça Nereu Ramos e seu entorno é um espaço que traz um universo simbólico próprio dos seres humanos agrega uma série de significados que fazem com que as pessoas se sintam por ela atraídas”⁴¹, ou seja, não é cabível considerar a Praça Nereu Ramos sem o seu entorno imediato, de modo que o espaço configurado ali não teria sido possível sem tal intervenção.

No parecer, os autores lembram:

No final da década de 1970 houve novas remodelações naquele espaço. Iniciou-se o fechamento da praça para o trânsito de veículos, construindo-se o calçadão para pedestres. As ruas Padre Pedro Baldoncini, João Pessoa, Conselheiro João Zanette e Seis de Janeiro foram fechadas ao acesso de veículos para

40 BRASIL, [2016].

41 GRUPEHME, 2011, p. 5.

permitir que as pessoas pudessem circular mais livremente pela área central da cidade, permitindo assim as trocas sociais tão características na praça em outras décadas⁴².

A região central da cidade – composta pela Praça Nereu Ramos e os arredores – é um lugar de memória. Os lugares de memória possuem fundamental papel para estimular a vivência urbana. Mas, se as memórias não se transformassem, não seria necessária a consagração de lugares de memória e, por consequência, não existiriam os lugares de história que transportam as memórias consigo.

A Arquiteta e Urbanista Paula da Cruz Landim⁴³ ressalta que as cidades possuem poucos lugares de memórias e que os espaços significativos existentes são, na maioria das vezes, desprezados ou descaracterizados (no caso do *petit pavet*, destruído) pelos planejadores das cidades. Muitas vezes, a descaracterização acontece sem intenção, mas por se desconhecer que a importância da preservação desses espaços e elementos que o constituem são fundamentais para as memórias e histórias da cidade.

Por fim, ficou decidido judicialmente que o projeto seria executado da maneira que havia sido elaborado pelo Setor de Obras da Prefeitura Municipal de Criciúma. O projeto da intervenção considerava a recolocação do *petit pavet* somente no perímetro que concerne às Praças Nereu Ramos e da Bandeira e todo o entorno, bem como as ruas adjacentes foram pavimentadas com o *paver* intertravado de cor cinza.

Ao retirar o *petit pavet* do núcleo central do centro de Criciúma, apagou-se parte da memória e da história da cidade que estava cristalizada nas pedras do calçamento e que dava unidade a esse núcleo. Ao se apagar parte da história, a cidade perde memórias e tem seu passado e suas conexões com o presente colocados em xeque.

Ao descaracterizar um espaço público, as relações que se concretizam ali se modificam e alteram as dinâmicas das cidades. A Praça Nereu Ramos é um local dotado de valores históricos e culturais e é também um lugar de memória para seus usuários. Essas atribuições mostram a potência educativa que o espaço possui e, mesmo com os palimpsestos no entorno e alterações da própria Praça, o lugar evoca memórias e histórias da cidade de Criciúma.

42 GRUPEHME, 2011, p. 5.

43 2001.

A Praça Nereu Ramos é um espaço estruturador de narrativas históricas por meio dos edifícios do seu entorno, nas intervenções urbanas que reestruturaram a área central, e também pelos eventos que ali ocorreram nas esferas econômico-sociais, como a retirada do Monumento aos Homens do Carvão, as festividades religiosas de São José, os manifestos políticos e sindicalistas, até mesmo as relações entre os vendedores de artesanato e os engraxates. Toda a conexão da Praça com seu entorno, por meio do *petit pavet*, possibilitou a apropriação do espaço urbano e a sua retirada foi um mecanismo que promoveu a invisibilidade das memórias e das histórias que ali foram construídas.

Durante o processo de retirada do *petit pavet*, houve polêmicas na mídia local que envolveram alguns professores da UNESCO, principalmente do curso de História. O debate evidenciava a importância da preservação das pedras portuguesas como componente do patrimônio cultural da Praça. O debate provocou reações diferentes que podem ter levado os ouvintes, população em geral, a pensarem sobre o direito à memória histórica. O tema foi debatido em rede televisiva local, rádio e jornais. A disputa se deu entre aqueles que defendiam a continuidade do *petit pavet* e os que se investiam no discurso da modernidade.

4. Conclusão

A preocupação com o patrimônio cultural da cidade de Criciúma foi o principal motivador para a realização deste estudo. Pôde-se perceber o legado histórico, arquitetônico, urbano e cultural da cidade, nos bens localizados no Centro da cidade. Além disso, a área de estudo compreende um espaço que, além de ser um lugar de memória, é também um *locus* educativo que nos permite integrar o ensino formal com ações de educação não formal.

A educação não-formal não é organizada por disciplinas, nem por séries, nem por conteúdos pré-estabelecidos. Ela acontece a partir de questões subjetivas, desenvolve laços afetivos de pertencimento, participa da construção de uma identidade coletiva e colabora para o empoderamento da sociedade⁴⁴.

A função da educação não é apenas fazer com que alunos e alunas dominem os conhecimentos de gramática ou de matemática, mas também para a formação dos indivíduos como sujeitos na sociedade. De acordo com o psicólogo e antropólogo Carlos Rodrigues Brandão⁴⁵,

44 GOHN, 2006.

45 2007, p. 7.

[...] ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender – e – ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver.

Percebem-se na cidade palimpsestos⁴⁶ que trazem pistas das memórias e histórias tecidas ao longo dos anos. São narrativas históricas tanto na cidade quanto dos edifícios que a compõem, como ocorreu a partir da demolição da Casa do Agente Ferroviário, onde parte da sua história passa por ressignificação por meio da sua reconstrução com finalidade didática. O contexto da época em que a Casa foi construída mostra um período em que a cidade era reconhecida como a Capital Nacional do Carvão e se conectava com o estado por meio da malha ferroviária, que marcava a paisagem da cidade junto das outras edificações do complexo ferroviário.

Entretanto, a demolição da Casa do Agente Ferroviário, em 1996, e sua reconstrução, em 2002, se encontram em um outro período de tempo que produz outra narrativa histórica em cima de um bem arquitetônico que existira ali. A casa que foi moradia passou a ter uma finalidade educacional. Sua reconstrução foi justificada com a intenção de manter a memória do carvão na narrativa histórica da cidade, mas pensando o espaço não como uma edificação autêntica do período e sim como um espaço educativo não formal para ações de educação patrimonial.

A substituição do *petit pavet* por outra pavimentação no entorno da Praça Nereu Ramos resulta em outra percepção do espaço. Tal substituição apagou parte das memórias coletivas e individuais dos sujeitos que vivenciaram o processo dessa pavimentação em um momento marcante da história de Criciúma, momento da legitimação da identidade da cidade firmada no processo de ocupação colonial.

Na ocasião, adotou-se o *petit pavet* no traçado interno da Praça Nereu Ramos, porém a pedra foi totalmente retirada e reassentada, transformação essa que acresce outras intencionalidades e novos contextos à paisagem urbana. Por isso, é necessário que o espaço seja percebido como educativo, a fim de estabelecer uma relação entre a educação e o processo de ressignificação do espaço. Pode-se inferir que o debate estabelecido entre 2011 e 2012 pode ter sensibilizado pessoas que ouviam rádios sobre os conceitos

46 PESAVENTO, 2011.

de memória e patrimônio educativo. Pode-se inferir, também, que algumas pessoas estranhem e se perguntem “o que é?” ao encontrar as pedras portuguesas rodeadas de *paver*, um estranhamento estético, talvez, ou quem sabe se façam interrogações sobre a história local. De alguma forma, essas interferências ocasionam processos que levam ao desconhecimento da história e fazem o processo inverso da educação para o patrimônio, para a valorização das memórias das cidades.

Além desses dois pontos, é necessário reforçar a importância de caminhar como prática do espaço urbano, objetivando a educação não formal. É através do percurso enquanto deslocamento e enquanto tempo histórico que esses acontecimentos se entrelaçam e consolidam a história do Município, tendo ainda como cenário o contexto arquitetônico das edificações privadas que seguem os mesmos princípios estilísticos do período que reforça o caráter histórico e cultural na percepção dos pedestres.

Referências

- AÇÃO civil denuncia a prefeitura e Cavaler. *Jornal da Manhã*. Criciúma, maio 1995.
- BATISTA, Desidério Sares; MATOS, Rute Souza. A dimensão patrimonial e identitária da paisagem: a história do lugar como fundamento da intervenção urbana e territorial contemporânea. In: PIMENTA, Margareth; FIGUEIREDO, Lauro César (orgs.). *Lugares: patrimônio, memória e paisagens*. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 15-46.
- BOSI, Eclea. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://bit.ly/32gcZmz>. Acesso em: 9 jul. 2019.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CRUZ, Valéria Cristina. *Ruínas de uma casa: Lembranças dos moradores da casa do agente ferroviário – Criciúma – SC 1920-2001*. 57 f. 2011. Monografia (Pós-Graduação *Latu Sensu* – Especialização em História Local e Regional) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2001.

- FIGUEIREDO, Lauro César. Memória, cidade e documentação: transformação da paisagem, cultural da cidade de Santa Maria a partir da fotografia. In: PIMENTA, Margareth; FIGUEIREDO, Lauro César (orgs.). *Lugares: patrimônio, memória e paisagens*. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 95-130.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2JyL1d3>. Acesso em: 8 jul. 2019.
- GRUPEHME. Centro de Memória. Parecer sobre retirada do Petit Pavê do centro e da Praça Nereu Ramos em Criciúma pelo poder municipal. Criciúma, SC: Unesc, 2011.
- IAB. Núcleo Criciúma. *Ofício 006/2001*. Criciúma, SC: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 5 abr. 2001. Assunto: Manifestar o posicionamento do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB – Núcleo Criciúma, no que diz respeito às obras de reconstrução da “Casa do Agente Ferroviário”, Criciúma, 2001.
- LANDIM, Paula da Cruz. Percepção e Preservação do Patrimônio Arquitetônico. In: V SEMINÁRIO NACIONAL. I Encontro Latino Americano de Preservação e Revitalização Ferroviária. *Anais [...] Piracicaba, SP: USP, 2001*.
- LESSA, Adelor. Justiça condena Cavaler. *Jornal da Manhã*, Criciúma, 29 ago. 1996.
- MANIQUE, Nei. *De volta ao petit-pavê*. Portal Engeplus [Online]. Criciúma: Engeplus Empresas, ago. 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2NHlcwQ>. Acesso em: 9 jul. 2019.
- MANIQUE, Nei. *Petit pavê da Nereu com os dias contados*. Portal Engeplus [Online]. Criciúma: Engeplus Empresas, dez. 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2XBw2nN>. Acesso em: 9 jul. 2019.
- MARTINS, Nicola. *Os patrimônios históricos de Criciúma*. Portal Engeplus [Online]. Criciúma: Engeplus Empresas, out. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2S45rP7>. Acesso em: 9 jul. 2019.
- NASCIMENTO, Dorval do. *As curvas do trem: a presença da estrada de ferro no sul de Santa Catarina (1880-1975) cidade, modernidade e vida urbana*. Criciúma: Líder, 2004.
- NASCIMENTO, Dorval do. *Faces da Urbe: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980)*. São Luís: Café & Lapis; Criciúma: EdiUnesc, 2012.

- NIERO, Daniela. *Petit-pavê põe pedestres em risco na Nereu*. Portal Engeplus [Online]. Criciúma: Engeplus Empresas, maio 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2xCwoQr>. Acesso em: 9 jul. 2019.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Literatura e Cidades. In: Diferentes narrativas para o campo do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2011. Brasília: IPHAN, 2011. p. 397-409.
- SANTA CATARINA. Poder Judiciário. *Autos dos Processos nº 2381/95 e 2409/95. Ação Cautelar e Civil Pública*. Ministério Público do Estado de Santa Catarina ajuizou contra Município de Criciúma inicialmente Ação Cautelar e posteriormente contra este e Construtora Cavaller também Ação Civil Pública. Comarca de Criciúma: Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública. SIPG, 1438, ago. 1996.
- SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. *Apelação Cível nº 0022844-55.2011.8.24.0020*. Apelação Cível e reexame necessário. Ação Cautelar Preparatória e Ação Civil Pública. Defesa do patrimônio histórico do Município de Criciúma. Calçamento com pedras 'petit pavé' na praça da região central e ruas adjacentes. Revitalização que preservou o calçamento originário inventariado pela Fundação Cultural do ente municipal. Ato Administrativo suficiente à proteção e preservação (cf. Art. 216, § 1º). Substituição do calçamento nos entornos frente à inexistência de valor [...]. Florianópolis: TJE, 2011.
- SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. *Sentença nº 0020922-76.2011.8.24.0020*. Vistos e examinados estes autos de Ação Cautelar, registrados e autuados nesta unidade jurisdicional sob o n. 020.11.020922-2, e de Ação Civil Pública, registrados e autuados nesta unidade jurisdicional sob o n. 020.11.022844-8, passo a sentenciar. Florianópolis: TJE, jul. 2013.
- VIEIRA, Jorge Luiz. Planejamento: política e memória urbana nas cidades de Criciúma e Içara. In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (orgs.). *Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade*. Chapecó, SC: Argos, 2008.

RESUMO: O presente trabalho trata de duas situações em que o patrimônio histórico da cidade de Criciúma/SC foi destruído. A primeira é a demolição da Casa do Agente Ferroviário, uma estrutura construída em 1920 pertencente ao complexo ferroviário que marcou a paisagem da cidade ao longo dos anos e resistia ao tempo como o último remanescente edificado deste período. A segunda é a retirada da pavimentação em pedras portuguesas instaladas em 1980 que configurava a identidade do espaço urbano central da cidade desde as comemorações do centenário de fundação. Ambos os casos tiveram impacto na paisagem da cidade e modificaram a identidade dos espaços. Por conta disso, as duas situações foram judicializadas e medidas precisaram ser tomadas em decorrência das decisões de justiça. O estudo desenvolveu-se a partir de revisão bibliográfica, principalmente em produções acadêmicas desenvolvidas na região. Também se utilizou de pesquisa documental, tanto na consulta ao arquivo histórico municipal para investigação nas fotografias como consulta aos autos dos processos e sentenças dos dois casos. O artigo está organizado com a introdução, uma seção destinada a Casa do Agente Ferroviário, uma seção destinada a retirada dos pavimentos do centro e, por fim, as considerações finais.

Palavras-Chave: Demolições, Patrimônio Histórico, Criciúma-SC

ABSTRACT: This paper addresses two situations in which the historical heritage of the city of Criciúma/SC was destroyed. The first is the demolition of the Casa do Agente Ferroviário, a structure built in 1920 that was part of the railway complex that shaped the city's landscape over the years and stood as the last remaining building from that period. The second is the removal of the Portuguese stone pavement installed in 1980, which defined the identity of the city's central urban space since the centenary celebrations. Both cases impacted the city's landscape and altered the identity of the spaces. Consequently, both situations were taken to court, leading to necessary legal actions. The study was developed through a literature review, primarily of academic works from the region, and included documentary research, such as consulting the municipal historical archive for photographs and reviewing the legal documents and rulings of both cases. The article is structured with an introduction, a section on the Casa do Agente Ferroviário, a section on the removal of the central pavements, and finally, the concluding remarks.

Key-words: Demolitions, Historical Heritage, Criciúma-SC

SUGESTÃO DE CITAÇÃO: GOULARTI FILHO, Alcides. AMARO, Antonio Rafael. FELTRIN, Rodrigo Fabre. Conflitos e disputas: demolições do patrimônio histórico e a atuação do Ministério Público em Criciúma-SC. Revista Direito, Estado e Sociedade. Edição 64, jan/jun, 2024. DOI: <https://doi.org/10.17808/des.2098>.